

Entre cachorros e carcarás: pensando a militarização da segurança pública no Rio de Janeiro como uma metáfora de natureza-cultura

Elizabete Ribeiro Albernaz¹

Enéas da Silva Oliveira Lima²

Resumo: Os usos da lei pelos agentes responsáveis por sua aplicação são norteados por um campo motivacional complexo, em que prioridades institucionais, metas e valores corporativos interseccionam moralidades diversas nas situações de contato com essas burocracias. No presente artigo, inquirimos as moralidades que informam a teoria da ação militarizada da polícia no Rio de Janeiro a partir de representações sobre o trabalho policial que articulam atributos associados ao mundo natural, atribuindo uma racionalidade supra-social às classificações e concepções de justiça que elas operacionalizam. Estas reflexões serão trazidas ao texto com base em dois casos: o processo de consolidação institucional do Batalhão de Rondas Especiais e Controle de Multidão (RECOM) e do Batalhão de Ações com Cães (BAC).

Palavras-chave: Polícia Militar, Militarização, Seletividade Penal, Produtividade Policial, Tropas Especiais

Introdução

A polícia na modernidade justifica sua existência pela atribuição de fiscalizar e garantir a adesão dos indivíduos à lei, reencenando a promessa do Estado liberal de ser uma terceira parte neutra e racional na administração dos conflitos entre os indivíduos e destes com o mercado. Sua estrutura organizacional, seu treinamento, mecanismos de controle e parâmetros de avaliação tendem a projetar a polícia como uma burocracia de aplicação da lei orientada por cálculos e planejamentos racionais. Enquanto componente do “sistema-Estado”, a polícia cultiva ativamente esse imaginário social, uma “ideia de Estado” como unidade de vontade e ação motivada pelo interesse público e que tende a

¹ Ph.D. em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF), com mestrado em Antropologia Social pelo Museu Nacional (PPGAS/UFRJ). É pesquisadora vinculada ao Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC), vice-líder do Laboratório de Estudos sobre Conflito, Cidadania e Segurança Pública (LAESP/UFF) e pesquisadora associada à Universidade Witwatersrand (WITS) em Joanesburgo, África do Sul. Desenvolve pesquisas em segurança pública, antropologia do Estado, justiça criminal e dinâmicas urbanas.

² Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FND/UFRJ). Pesquisador colaborador vinculado ao Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC).

obscurecer racionalidades mais mundanas e disputas internas por recursos, prestígio e posições (ABRAMS, 1988). Entretanto, se aceitamos a verdade inconveniente de que a polícia não é uma mera replicadora de leis (BITTNER, 2003) e que o Estado, longe de ser neutro e racional, é atravessado por moralidades que informam a distribuição seletiva do cuidado e da punição (FASSIN, 2014), toda afirmação em contrário pode ser entendida como um tipo de projeto ideológico de justificação da ordem, o que Philip Abrams caracterizou como o atributo cardinal da ideia de Estado, a “legitimação do ilegítimo” (ABRAMS, 1988, p.76).

Segundo Howard Becker (2008), os “impositores de regras” como a polícia não nutrem um interesse abstrato em reforçar o conteúdo das leis. Seu interesse seria modulado por uma avaliação informada pelo que o autor chama de “situação de trabalho”³, que estabelece as prioridades institucionais e informa as avaliações dos impositores de regras acerca da importância dos vários tipos de leis, normas e infrações. No Brasil, as pesquisas que buscaram explorar empiricamente a seletividade da ação policial e seu processo decisório dedicaram-se a buscar explicações na “cultura” ou “ética” ao se referirem à teoria da ação que informa a seletividade da prática policial cotidiana (LIMA, 1995, 2003, 2013; MUNIZ, 2006, 2025; CARUSO, 2004). No presente artigo, subscrevemos o entendimento de que os usos da lei pelos agentes responsáveis por sua aplicação acontecem informados por um campo motivacional complexo, em que prioridades institucionais, metas e valores corporativos cruzam-se com moralidades diversas nas situações de contato com essas burocracias, desafiando a divisão entre os domínios do Estado e da sociedade, por vezes, até, entre o laico e o mágico/religioso (ver EILBAUM, 2000; RODRIGUES, 2022; ALBERNAZ, 2010)

Nossa discussão, entretanto, difere ligeiramente da abordagem culturalista clássica ao inquirir sobre processos de militarização da ação policial no Rio de Janeiro a partir

³ “[o]s impositores [de regras], portanto, respondendo às pressões de sua própria situação de trabalho, aplicam as regras e criam *outsiders* de forma seletiva. Se uma pessoa que comete um ato desviante será de fato rotulada de desviante depende de muitas coisas alheias ao seu comportamento efetivo: depende do agente da lei sentir que dessa vez deve dar alguma demonstração de que está fazendo o seu trabalho a fim de justificar a sua posição; de o infrator mostrar a devida deferência ao impositor; de o ‘intermediário entrar em ação ou não; e de o tipo de ato cometido estar incluído na lista de prioridades do impositor” (BECKER, 2008:165-166).

de outra grande divisão da modernidade, a separação entre “natureza” e “cultura”. Nesse sentido, no presente texto, inquirimos as moralidades que informam a teoria da ação militarizada da polícia no Rio de Janeiro a partir da análise de representações sobre o trabalho policial que articulam atributos associados ao mundo natural. Segundo Mary Douglas, em seu livro *Como as Instituições Pensam* (DOUGLAS, 1998), as instituições sociais buscam legitimação no estabelecimento de analogias com o mundo natural, atribuindo uma racionalidade supra-social aos esquemas classificatórios e concepções de justiça que elas operacionalizam por meio de sua ação cotidiana.

Aspectos da situação de trabalho da polícia, do universo de estímulos institucionais e hierarquias morais que informam a construção de campos motivacionais complexos para a ação policial dita “militarizada” serão trazidos ao texto com base em dois casos empíricos, extraídos de pesquisas anteriormente publicadas pelos autores, analisando o processo de consolidação institucional de duas unidades especiais ou especializadas da Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ): a criação da RECOM (Batalhão de Rondas Especiais e Controle de Multidão), vinculado ao Comando de Policiamento Especializado (CPE), e do BAC (Batalhão de Ações com Cães), unidade ligada ao Comando de Operações Especiais (COE).

No caso do BAC, trabalhado na primeira parte do presente artigo, trataremos da formação dos policiais “cachorreiros”, falando da construção do chamado “binômio homem-cão” na operação do que Albernaz (2015a, 2015b) chamou de “faro policial”, atributo valorado pela situação de trabalho da polícia no que se refere aos ganhos institucionais e pessoais derivados da lógica da produtividade, que valoriza o trabalho policial focado no registro de prisões e apreensões em contextos de elevada letalidade (ALBERNAZ, 2015a, 2015b, 2020; RODRIGUES & LIMA, 2022). No caso da RECOM, trabalhado na seção seguinte, exploraremos os efeitos simbólicos e operacionais da escolha do carcará como elemento imagético na composição do brasão da unidade como uma espécie de totem animal, por meio do qual Lima se propôs a pensar representações sobre o trabalho e missão institucional do batalhão, bem como a relação entre seus membros e destes com a sociedade (LIMA, 2025).

Os dois casos se inserem no contexto dos chamados “grandes eventos”, marcado por investimentos massivos na segurança pública e pela implementação do chamado projeto de pacificação, carro-chefe da política estadual naquele período (2008-2016). No caso do BAC, na época do trabalho de campo (2016), a unidade havia sido elevada recentemente de companhia subordinada ao 16º BPM (Olaria) à categoria de batalhão em 2011. No caso do RECOM, o batalhão foi criado a partir dos efetivos do extinto Batalhão Especial de Grandes Eventos (BPGE), que encontrou uma nova vida institucional na junção entre a ostensividade e um tipo de variação das modalidades de policiamento de choque.⁴ Em comum, pode-se afirmar que ambas as unidades desempenham atividades que articulam aspectos do controle de multidões a um foco tático na produtividade policial, ou seja, na realização de prisões e apreensões por meio da aplicação de níveis de força pautados em uma visão militarizada, maniqueísta e apolítica do espaço público como um tipo de “teatro de operações”.

Por fim, concluímos o artigo com uma seção de comentários finais falando sobre a imbricação complexa de moralidades que marcam os ambientes organizacionais da Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ) com foco em seus reflexos em processos de militarização da segurança pública e da própria sociedade, onde buscamos explorar a força referencial das analogias entre a natureza e concepções de justiça e ordem social na reprodução do *status quo* das desigualdades a partir das lógicas de funcionamento das instituições de justiça e segurança (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2025).

⁴ A doutrina do RECOM estabelece que lhe compete a ação de controle de multidões e, eventualmente, o emprego de ações de ‘choque rápido’. Já ao Batalhão de Choque cabem as ações de choque propriamente ditas e o controle de distúrbios civis. Em síntese, os agentes do RECOM afirmam atuar preventivamente e o Batalhão Choque, repressivamente no ‘reestabelecimento da ordem’. Contudo, para além da diferença técnica e operacional, é no plano simbólico que essa distinção se torna mais evidente — e, paradoxalmente, mais ambígua. Efetivamente, a linha que separa ambas as atribuições é tênue: o que se afirma como distinção doutrinária frequentemente se revela uma diferença discursiva mais do que substantiva. Só pela observação prática é difícil afirmar que as intervenções do RECOM — como por exemplo na semifinal da Copa Libertadores da América, quando, horas antes do jogo, torcedores do Peñarol foram contidos por duas viaturas do Batalhão que patrulhavam a orla do Recreio —, não sejam ‘operações de Choque’. Por outro lado, tanto o ‘controle de multidões’, quanto o ‘patrulhamento tático’, ambas as atividades exercidas pelo RECOM, expressam não apenas uma disputa simbólica em torno da definição legítima da atividade policial e de seus limites operacionais, mas também uma reconfiguração do cotidiano sob a lógica da excepcionalidade. Nessa perspectiva, o cotidiano urbano passa a ser apreendido como espaço de potencial desordem, um campo de atuação em que a fronteira entre a gestão da ordem e a antecipação do conflito se revela difusa.

O homem se torna um cão e o cão se torna um membro da guarnição do BAC

O Batalhão de Ações com Cães (BAC) ficava numa área contígua ao 16º BPM, em Olaria, zona norte do Rio de Janeiro. Estava ali desde quando ainda era apenas uma Companhia Independente, uma CIPM. Cheguei um pouco atrasada para as entrevistas que realizaria no batalhão. A entrevista estava agendada às 14h, mas demorei a me encontrar no trajeto entre a estação de trem de Olaria e o batalhão, instalado em um prédio antigo, em azul e branco, que mais parecia um pequeno castelo deteriorado, com suas duas torres de vigia, uma em cada lado do portão principal. Entrei pelo acesso de pedestres, onde ficava a guarda do quartel, responsável por regular o acesso de pessoas à unidade. Os policiais da guarda, duas Praças antigas, me perguntaram onde eu ia e com quem iria falar. Prestei as informações e fui liberada sem entregar qualquer documento, seguindo as indicações que recebi sobre a localização do BAC.

No meio do caminho em direção aos fundos do quartel do 16º BPM, onde ficavam as instalações do BAC, encontrei o Oficial cachorreiro que era o meu contato para as entrevistas daquele dia. O termo “cachorreiro” designava o policial treinado para adestrar e conduzir cães nas diversas atividades de policiamento em que estes podem ser empregados, basicamente: busca e apreensão de armas e drogas, tomada de refém e controle de distúrbios civis. O jovem Oficial me perguntou sobre o motivo da minha visita. Eu tinha chegado até ali por intermédio de um outro Oficial, pesquisador e cientista social na UERJ, que tinha entrado em contato com esse Tenente à época. Tentei explicar-lhe, minimamente, os contornos do meu tema de pesquisa — ou pelo menos o que eu sabia sobre ele naqueles tempos nebulosos. Apresentei-me como doutoranda em antropologia pela UFF. A primeira reação foi de resistência. Segundo o jovem Oficial, os pesquisadores tendiam a ser vistos com desconfiança pelo público interno, porque vinham expor as mazelas da corporação de forma descontextualizada. Apenas os “de dentro” seriam investidos da autoridade para falar legitimamente sobre o universo policial, pois vivem na pele a realidade da polícia.

Em resposta a sua preocupação, eu argumentei que na UFF se praticava um ofício científico sério, comprometido em incorporar a perspectiva dos policiais na produção de conhecimento sobre suas organizações. O jovem Oficial não parecia nem um pouco convencido pelos meus argumentos, mas, mesmo assim, conduziu-me ao gabinete do comandante e do subcomandante do BAC. Primeiro fui apresentada ao “02” da unidade (subcomandante) para, mais uma vez, explicar as motivações da minha visita. Em sua camisa branca, notei um bordado vermelho, logo abaixo do seu “nome de escala”, em que se podia ler a expressão “cão” seguida de um número. Depois que terminei de explicar meus interesses, o subcomandante olhou para o jovem Oficial e lançou um desafio: “Chama ela pra ir numa operação conosco para ela conhecer a realidade que nós policiais vivemos”, bravejou o 02. Nessa hora, como de costume, eu reivindiquei minha ascendência enquanto filha de policial militar. Meu *one drop of blood*⁵ de “sangue azul” sempre ajudou a abrir caminhos. Como bem observou Kant de Lima, “quando alguém convive com a polícia, ou vira policial ou fica contra eles. A polícia não reconhece diferenças” (LIMA, 1995:21).

O subcomandante também não parecia convencido das minhas boas intenções científicas, mas, ainda assim, continuou a apresentar as dependências de sua unidade. Para começar, ele me levou até um quadro branco, afixado na parede do seu gabinete, atrás da sua mesa de trabalho, onde se encontrava sistematizada a produtividade do batalhão. Para a PMERJ, “produtividade” significava apreensão de armas, drogas e prisão de pessoas. Chamou a minha atenção imediatamente o incremento geométrico do volume de apreensão de drogas do BAC a partir de 2009, passando de cerca de 900 quilos/ano para seis toneladas no fechamento parcial das estatísticas de 2016. O subcomandante fez um destaque: “Isso tudo com um consumo mínimo de munição, sem policiais mortos, sem civis mortos”. Fiquei realmente surpresa pelo resultado em si, mas, principalmente, pela ênfase na baixa letalidade das ações da unidade. Nesse momento, o então comandante do BAC se juntou a nós. Ele era um cachorro antigo, que tinha feito carreira no batalhão desde 2006, quando a unidade ainda não gozava do

⁵ A expressão faz referência ao critério de definição racial nos Estados Unidos, em que a presença de qualquer ascendência negra na linhagem familiar da pessoa (*one drop of blood*), por exemplo, a definiria como sendo negra.

prestígio institucional que tinha naquela época. Eu agradei a recepção e de pronto perguntei ao “01” o motivo do aumento exponencial da produtividade do batalhão, ao que ele respondeu: “Isso aconteceu, porque deixamos de subestimar o faro”. Nessa hora tive certeza que aquela visita ao BAC teria um rendimento teórico-metodológico importante.

Pedi que o comandante me explicasse melhor essa relação entre o faro e o aumento da produtividade. Ele começou sua explicação dizendo que, até 2015, a atuação do BAC tinha se restringido a ações de apoio em operações protagonizadas por outras unidades, principalmente em auxílio ao Batalhão de Polícia de Choque (BPChq). Por conta disso, explicou-me o 01, a unidade não apresentava uma “produtividade própria”, fracassando em demonstrar o seu valor mediante a apresentação de estatísticas de apreensões e prisões. Na situação de trabalho da PMERJ, essa baixa produtividade se traduzia numa igualmente baixa capacidade de mobilizar recursos institucionais para a unidade. A elevação da antiga CIPM-Cães ao estatuto de batalhão, segundo ele, teria relação direta com a reversão desse quadro de produtividade. A título de ilustração, o comandante mencionou um conselho que teria dado a um colega cachorroiro da Polícia Militar de São Paulo (PMESP), baseado em sua própria experiência de valorização institucional: “você precisa mostrar serviço”. Nisso, o 01 me conduziu para um quadro de avisos situado no corredor, do lado de fora de seu gabinete. Lá, naquela cortiça, encontrei o nexa que me permitiria explorar o simbolismo institucional mobilizado por essa metáfora de natureza-cultura que é o faro policial.

Duas matérias jornalísticas estampavam fotos de duas grandes apreensões de armas e drogas do BAC. Naquela foto, homens e animais, lado a lado, posavam orgulhosos, cada qual com a sua respectiva recompensa: os homens com suas toneladas de drogas, armas e munições apreendidas, os cães, dois labradores, com seus brinquedos cada qual com uma bola verde na boca. Para que um cão de faro possa fazer o seu trabalho, ele deve responder a uma lógica compensatória, em que o animal segue a pista do odor ao qual foi condicionado ao associá-la ao seu brinquedo preferido. Uma vez encontrada a fonte da “trilha de cheiro” (também chamada “rastro”), o animal recebia a sua merecida recompensa. Com o tempo e a prática reiterada desta pedagogia,

reforçava-se essa associação compensatória. Segundo meus interlocutores, o estímulo compensatório produzido seria tão forte que o cão policial devidamente treinado aprenderia a resistir a estímulos naturais básicos, como, por exemplo, ao cheiro de cio de uma cadela que porventura cruzasse o seu caminho durante uma operação. Tudo isso movido pela recompensa afetiva representada pelo ato de receber de seu condutor e “companheiro de matilha” os afagos que acompanhavam a sua recompensa na oportunidade de, mais uma vez, estar com seu brinquedo⁶.

Nessa história, entretanto, conviviam duas pedagogias compensatórias: a dos animais, com seus brinquedos de desejo, e a dos humanos, com as recompensas da produtividade, seus rendimentos em termos de acesso a recursos e prestígio, moralmente integradas pela experiência do treinamento e pela performance operacional da unidade. Dentre os ofícios do cachorro, a condução de um cão de faro era tida como a atribuição mais refinada e complexa de seu ofício. O próprio cão era referido como um “instrumento mais sensível” e que, portanto, deveria ser conduzido com cautela para que não se traumatizasse durante a operação, o que interferiria em seu desempenho futuro. A formação desse cão de faro se confundia com a constituição do próprio cachorro. Apenas quando o cachorro conseguisse construir, de maneira efetiva, o chamado “binômio homem-cão”, este seria reconhecido por seus pares como alguém digno de desempenhar essa prestigiosa atividade legitimamente.

No BAC, a construção dessa conexão entre o homem e seu cão começava com o “Curso de Condutores de Cães para Emprego Policial” (CCCEP), uma formação inicial, que habilitava o policial a conduzir apenas “cães de choque”, animais que apoiavam as atividades de controle dos chamados “distúrbios civis” (manifestações, etc.). Esse curso era aplicado apenas às Praças⁷ que ingressavam na unidade. A etapa subsequente no processo de formação do cachorro era sua aplicação para o “Curso de Adestreadores de Cães para Emprego Policial” (CACEP), que habilitava o policial, Praça ou Oficial⁸, a

⁶ Por isso, segundo meus interlocutores, os labradores seriam ótimos cães de faro, uma vez que são brincalhões e respondem bem ao condicionamento que associa um odor determinado a um objeto de desejo para suas brincadeiras, que pode ser uma bola, um boneco etc.

⁷ Soldados, cabos, sargentos e subtenentes.

⁸ Tenentes, capitães, majores, tenente-coronéis e coronéis.

conduzir um cão de faro. No CACEP, dentre outras coisas, o candidato a cachorroiro aprendia a treinar o animal, a reconhecer a sua “personalidade”, produzindo as respostas condicionadas aos comandos e à lógica compensatória do brinquedo. Segundo meus interlocutores, o CACEP teria sido um dos primeiros cursos de tropas especiais da PMERJ. Sua origem remontava a 1955, tendo participado da história constitutiva de outras unidades especializadas, como o próprio Batalhão de Choque e o Batalhão de Operações Especiais.

Durante o CACEP, desde o primeiro dia de treinamento, o aluno recebia um cão pré-selecionado por cachorroiros mais experientes para servir de laboratório para o processo de constituição do binômio homem-cão. O futuro cachorroiro, então, era estimulado a “entrar na mente do cão” a partir de uma pedagogia ritual mimética, em que o homem era chamado a assumir a perspectiva do animal ao vivenciar situações e sensações típicas de sua condição. Nesse sentido, o aluno-neófito iniciava seu percurso ritual dormindo no canil, na baia do seu cão, no mesmo tablado de madeira duro que lhe serviria de cama ao longo de sua vida. O jovem Oficial, durante a entrevista, chegou a dizer que o futuro cachorroiro colocava o enforcador do animal de modo a sentir “na própria pele” aquilo que seu cão sentia ao ser conduzido por esse tipo de guia. Tudo isso para produzir o tipo de conexão necessária à qualificação dos sentidos que facultava aos futuros cachorroiros a habilidade de interpretar os sinais emitidos por seu cão. Nesse sentido, o faro tendia a despolitizar a produção do controle e da vigilância seletiva ao colocar no campo da natureza aquilo que na verdade resultava da operação de um imbricado sistema classificatório.

Ao final dessa pedagogia ritual, a expectativa formulada por meus interlocutores era de que o “homem se torne um cão e que o cão se torne um membro da guarnição do BAC, o turno se torna uma matilha”⁹. O binômio homem-cão estabeleceria entre o condutor e seu cão de faro a ficção de uma linguagem comum, não verbal, que possuía a sua própria eficácia na produção dos resultados da atividade do cachorroiro. Essa conexão seria única e intransferível e era referida em termos de sentimentos e energias

⁹ “Turno” é o termo utilizado para designar todos os policiais que participam de uma mesma turma de um curso de operações especiais.

transmitidos entre o homem e seu cão por instrumentos como a guia do condutor, os olhares e os afagos. Partia-se da percepção de que “cada cão é um indivíduo” e, portanto, a cada nova parceria, uma nova conexão binomial deveria ser construída. Motivados por essa conexão, uma espécie de troca de perspectivas entre homem e animal, logo abaixo do nome de escala do cachorro, era justaposta a expressão “cão” seguida de um cardinal que indicava a senioridade do cachorro e correspondia ao seu número de cursado, cujo contagem remontava ao primeiro CACEP. Essa prática, como um tipo de expressão metafórica de uma determinada ética e de sua estética correspondente, identificava e singularizava o cachorro no universo policial militar.

O faro, enquanto atributo sensorial, encontrava-se associado ao mundo dito “natural”, das respostas automatizadas pelos instintos, da natureza enquanto valor classificatório dominante e princípio organizador de uma série de outros atributos e valores. Entretanto, o olfato do cão, para ser verdadeiramente eficaz para o mundo da cultura, precisava ser modulado pelo conhecimento das prioridades institucionais e pela experiência acumulada por seu condutor, que definia quando, como e onde aplicá-lo. Nesse sentido, o faro policial seria um refinamento dos sentidos, calibrados por um processo de aprendizado institucional e que encontrava-se vinculado à busca da produtividade policial, o que dizia muito sobre as características individuais esperadas daqueles que alegadamente operavam esse saber-poder¹⁰, mas também sobre as características de sua *situação de trabalho*, daquilo que era valorado como relevante para os ambientes em que a categoria faro circulava e produzia seus efeitos.

Naquela época, logo depois da visita, eu passei a acompanhar as redes sociais do BAC. Quase todas as postagens ressaltavam a ideia do “batalhão dos melhores amigos”, em que os atributos associados à construção do binômio homem-cão (confiança, companheirismo, disciplina, lealdade) eram altamente valorizados enquanto horizontes para o comportamento de seu próprio efetivo, fosse na relação uns com os outros, com os animais ou com a sociedade. Por outro lado, a produtividade da unidade também era muitíssimo valorizada nas postagens. Segundo meus interlocutores, o que distinguia o

¹⁰ “O poder produz saber (...), não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 2010, p.30)

BAC das demais unidades “convencionais” era sua operação segundo uma lógica totalmente proativa e direcionada, evitando incursões inócuas em favelas, em que a troca de tiros era quase certa, mas a produtividade era incidental. A ação do BAC, ao contrário, rendia apreensões de armas e drogas “com um baixo custo de consumo de munição e letalidade”.

Toda a estrutura da guarnição do BAC, formada por nove policiais no total, se organizava a partir da condução e proteção do cão, que formava com seu condutor e com o “homem canga”¹¹ a chamada “célula faro”. Todos os integrantes da guarnição tinham como objetivo a proteção da célula faro, o que ditava o ritmo e o direcionamento da progressão no terreno. Segundo afirmavam meus interlocutores, esses seriam os principais motivos para a baixa letalidade e alta produtividade do BAC: uma progressão cautelosa e direcionada pelo faro à busca e apreensão de armas e drogas.

O cão, entretanto, não se lançava a perseguir o odor a que tinha sido condicionado sem o direcionamento do cachorreiro, sendo este conduzido pelo elemento humano do binômio homem-cão. Para o cão, as trilhas de odor são como miasmas, fenômenos olfativos que acionam sua memória condicionada a uma expectativa de recompensa. E os humanos? Homens e animais “farejam”, cada qual reconhecendo diferentes rastros, em busca de suas respectivas recompensas. Os policiais entrevistados falavam do faro como um misto de experiência acumulada, competência de policiais “antigos”, e atributo quase extra-sensorial, evocando a ideia de natureza, mas negando a dimensão de universalidade, uma vez que o faro seria um atributo distribuído desigualmente, seja como aprendizado ou como vocação inata. A referência à natureza, entretanto, falava diretamente à percepção de uma ordem natural das coisas quando se referia àquilo que, dizia-se, estava fora do lugar e, portanto, indicava possíveis rendimentos para aqueles policiais que operavam o faro de forma competente. O contraponto lógico óbvio para esse argumento é que seria preciso ter uma ideia de ordem em mente para saber o que está fora do lugar na ordem dos fenômenos.

¹¹ O termo refere-se a um policial, normalmente um sargento mais “antigo” e experiente, responsável por realizar “tarefas especiais voltadas para o cão”, auxiliá-lo na progressão no terreno, na superação de obstáculos, identificação das melhores vias de acesso etc.

Além disso, o faro era caracterizado como uma competência associada às atividades de policiamento ostensivo e aos policiais com experiência “de rua”. Um policial que tivesse atuado grande parte de sua carreira em atividades burocráticas, não poderia mobilizar legitimamente essa competência frente aos seus pares. O faro era caracterizado também como uma competência normalmente atribuída às Praças, exceção feita àqueles Oficiais ditos “operacionais” e que gozassem da consideração de seus subordinados em razão de sua experiência de rua e desempenho destemido de suas atribuições. O faro era também descrito como um signo de aprendizado. Os “novatos” podiam ser vocacionados, mas até que aprendessem a diagnosticar “os sinais da rua” (de perigo, de oportunidades), seu faro poderia se tornar um desserviço. “Você fica vendo fantasma pra todo lado, seu faro ainda tá descalibrado”, me disse um experiente Capitão da PM, falando sobre as suas próprias vicissitudes aprendendo a reconhecer nas ruas os sinais que deveriam suscitar a sua intervenção.

Nessa linha, uma outra dimensão expressiva do faro era a motivação para a ação. O faro pressupõe que o policial esteja motivado, buscando ativamente varrer a sua área de atuação em busca de oportunidades para realizar abordagens, prisões e apreensões. Se você “se esconde”, expressão que meus interlocutores empregavam para designar os policiais que “correm das ocorrências” na rua, não há porquê falar sobre o que se faz em termos de faro. O faro policial era também coisa de “pista”. A distinção entre ‘rua’ e ‘pista’ parece uma sutileza terminológica, mas é bem demarcada na prática policial (ALBERNAZ, 2010). A *pista* costuma ser associada àquelas modalidades mais enérgicas do policiamento ostensivo, compostas pelos policiamentos táticos, mais expostos à situações de troca de tiros, mas também a realização de prisões e apreensões, como é o caso do GAT (Grupo de Ação Tática) e do PATAMO (Patrulhamento Tático Móvel)¹². Em relação a esse universo, os policiais do BAC teriam a vantagem de buscar

¹² Ser alocado em um GAT ou PATAMO era uma posição bastante cobiçada nos batalhões e meus interlocutores falavam em mercados de lealdades, reputações e dinheiro em torno dessas designações. Os policiais pagavam para serem alocados nesses serviços e sua entrega de produtividade era uma das dimensões valorizadas institucionalmente para manter-se nessa posição. O chamado “GAT do comandante”, por exemplo, era uma posição de grande prestígio na PMERJ. “É o GAT que o comandante manda para resolver o que tiver que ser resolvido”, explicou-me um policial militar, numa reunião do CCS em Duque de Caxias. Além das escalas diferenciadas e privilégios de toda ordem, esse grupo afinado de pessoas era informalmente autorizado (e até estimulado) a recolher “espólios de guerra”.

“mostrar serviço” sem, entretanto, perder tempo com incursões inócuas e arriscadas em favelas. Por sua vez, a imagem do “batalhão dos melhores amigos”, como vimos, buscava na associação simbólica com os atributos do cão uma forma de mitigação da visão nua e crua do foco repressivo da ação policial.

O faro policial era também uma narrativa sobre indícios que justificavam a “fundada suspeita”, legitimando as reivindicações de “oportunidade e conveniência” de todo um percurso decisório e da própria legalidade da ação policial. Nesse sentido, o faro encarnava um tipo de tensão entre o oral e o escrito. Essa tensão operava entre um conjunto de diretrizes não tão “ocultas” do trabalho policial, convencionadas na relação entre pares¹³, e os mecanismos de justificação institucional-legal de suas ações e de legitimação social da cadeia causal estabelecida na tomada de decisão¹⁴. É nesse sentido que o faro era comumente acionado pelos policiais como uma espécie de mapeamento mental dos perigos associados ao seu agir, sejam eles ligados à integridade física dos agentes, sejam aos aspectos morais, provocados pela operação de lógicas de culpabilização erráticas e reativas, personalistas e ineficazes, geradas por um ambiente organizacional marcado pela imprevisibilidade e altamente suscetível às hierarquias sociais implícitas de uma sociedade relacional (MUNIZ & PROENÇA JR., 2007; LIMA, 2013).

Carcará, mais coragem do que homi

O RECOM foi criado em 2018, a partir da reconfiguração do extinto Batalhão de Policiamento em Grandes Eventos (BPGE), cuja origem remontava às manifestações que ficaram conhecidas como “Jornadas de Junho”, ocorridas em 2013 e movidas por

¹³ CARUSO (2004) chama esse tipo de conhecimento de “saber prático”, construído e transmitido na relação entre pares na PMERJ.

¹⁴ O faro policial, em muitos sentidos, guarda também alguma proximidade com a “tiragem”, descrita por Kant de Lima (1995) em sua etnografia sobre a Polícia Civil do Rio de Janeiro. “A análise da descrição do delegado de ‘tirar’ indivíduos mostra que essa prática constitui basicamente um processo de enquadrar uma pessoa de acordo com seu status social e econômico. Deste ponto de vista, a polícia, inicialmente, não se preocupa com os fatos em jogo numa ocorrência, mas com a identificação do contexto sociocultural que os cerca. A primeira identificação, como acentua o delegado, é fundamental para orientar as práticas policiais e a maneira pela qual a lei será cumprida – ou não” (LIMA, 1995:54).

uma pauta ampla de reivindicações e descontentamentos. Com o esvaziamento das funções originais do BPGE, a unidade buscou redefinir sua finalidade e preservar seu prestígio institucional, adquirido durante o ciclo de megaeventos, abrindo espaço para um novo projeto de “patrulhamento tático motorizado” que se pretendia mais dinâmico, técnico e visível. O patrulhamento tático é orientado por uma “doutrina”, um conjunto de saberes práticos, disposições incorporadas, valores morais e protocolos operacionais que orientam a atuação das unidades especializadas nesse tipo de policiamento. Essa doutrina é construída e transmitida tanto por meio de instruções formais quanto pelas práticas cotidianas e interações no campo, constituindo um *habitus* (BOURDIEU, 2001) que distingue essas unidades das modalidades convencionais de policiamento.

No caso do RECOM, por se tratar de uma unidade recente e ainda em processo de afirmação no interior da Polícia Militar, a busca por distinção (BOURDIEU, 2007) era um tema particularmente sensível. Para os meus interlocutores, em primeiro lugar, a ausência de uma sede própria representava a subordinação simbólica do RECOM ao Batalhão de Choque e um problema para a consolidação de uma identidade institucional autônoma. Ao estar fisicamente sediado dentro do Regimento Caetano Martins de Farias, espaço consagrado à memória e à autoridade do Batalhão de Choque, o RECOM habitava não apenas um território compartilhado, mas também um campo de significações herdado, no qual o Choque representava a unidade histórica, legítima e já consolidada, ou seja, “estabelecida”. Nesse contexto, possuir uma sede própria não significava apenas conquistar autonomia administrativa, mas, sobretudo, reivindicar um espaço de visibilidade e deixar de ser um “outsider” (ELIAS & SCOTSON, 2000).

Em segundo lugar, remetia às dinâmicas de distinção e hierarquização interna que atravessavam o campo policial militar, especialmente no caso das unidades especializadas e que eu chamo de uma ‘encenação da excepcionalidade’.¹⁵ Mais do que

¹⁵ Utilizo o termo excepcionalidade no sentido de “exceção”, pois as encenações simbólicas observadas nas unidades especializadas buscam demonstrar que seus integrantes não são “ordinários” ou convencionais — ser especializado é ser extraordinário, distinto, não medíocre. Essa lógica manifesta-se tanto na performance coletiva, por meio da cisão simbólica entre unidades especiais, especializadas e convencionais, quanto nas performances individuais dentro das subculturas policiais. Distingue-se, por exemplo, entre “cursados” e “não cursados”; há cursos de curta duração (como os “catianos” do Batalhão de Operações Policiais Especiais - BOPE) e outros que se estendem por meses, cuja dificuldade e grau de prestígio são convertidos em um coeficiente simbólico, resultante da diferença entre o número de

estruturas operacionais, essas unidades se definiam por uma articulação entre técnica e simbolismo, entre o domínio de saberes práticos e a capacidade de projetar uma imagem de elite. Nesse sentido, compreender a construção das fronteiras identitárias (BARTH, 2000) do RECOM implicou analisar como as práticas discursivas e signos de distinção afirmavam a unidade como singular, excepcional, em relação a outras unidades e ao sistema de valores que animava a vida da instituição. Em termos performativos, as distinções se materializavam também nos rituais de formação e práticas operacionais, que diziam simultaneamente “o que somos” e “o que não somos”. Um ato de distinção importante nesse processo de construção identitária foi a escolha da imagem que identificaria a unidade, estampando o seu brevê¹⁶, documentos e outras materialidades em que se encenava a pertença ao RECOM: o carcará.

P. Você tem a descrição iconográfica da ave do GETAM? **R.** A gente não costumava publicar nessa época.. **P.** Entendo. Na verdade, eu precisava confirmar se a ave do GETAM é uma águia-careca, se eles sabiam disso quando escolheram, e qual era o significado pra eles. **R.** É uma águia, com certeza. Ave na polícia é sempre águia. **P.** Que isso, cara, tá louco! E o RECOM? Não tem um carcará? **R.** Não, cara, isso não existe... A ave símbolo... o mascote – se eu falar que é mascote os caras me matam, né? – mas enfim, a ave símbolo, não importa qual, ave na polícia é sempre águia. **P.** Águia? Qual águia? **R.** Águia. Ué, águia é qualquer águia, não importa qual... **P.** Mas a ave símbolo do RECOM é o carcará. **R.** Sim, é o carcará. Mas até isso deu briga. Na época, o pessoal do RECOM bateu de frente porque tinha o carcará e tinha que publicar. O tenente que fez a simbologia do batalhão queria colocar o carcará, mas eu falei com ele: ave é sempre a águia, como sempre foi. **P.** Entendi... Aí o pessoal do RECOM bateu o pé. “Que águia o quê! Aqui é o carcará!”. E aí? **R.** Ele ainda falou: “Mas o carcará é falconídeo!”. Eu respondi que pouco importava se é falcão, gavião ou passarinho – ave na polícia é sempre águia. (Diário de Campo, primeiro semestre de 2025).

O diálogo acima integra uma conversa que tive com o policial responsável pela vetorização de ícones e símbolos institucionais da PMERJ. Lembro que, embora a conversa se desenrolasse em tom cordial, fiquei incomodado com a insistência quase

candidatos inscritos, a taxa de desistência e o total de concluintes. Essa economia política do prestígio policial-militar produz hierarquias internas nas quais símbolos como brevês, listéis, luvas de oficiais e divisas de praças materializam a pertença a grupos, eventualmente seletos — ou que perfomam ser restritos —, indicam domínio técnico-operacional e projetam distinção, isto é, uma excepcionalidade legitimada no interior da corporação e encenada como valor diante dos outros.

¹⁶ No contexto militar e policial, o termo “brevê” refere-se a uma insígnia ou distintivo concedido aos profissionais que concluem com êxito determinados cursos operacionais ou de especialização. Mais do que um simples adorno, o brevê funciona como um marcador simbólico de pertencimento e qualificação, indicando que o portador atingiu um nível específico de treinamento e competência.

mecânica do meu interlocutor em sustentar que “ave na polícia é sempre águia”. Já não recordei exatamente a justificativa que o policial apresentou, lembro apenas que sua racionalização fez referência aos arquétipos zoomórficos presentes na iconografia das forças armadas brasileiras.

Nas forças militares e policiais, tais figuras constituem ícones recorrentes. Sob uma perspectiva dramatúrgica (GOFFMAN, 2014), o emprego de símbolos zoomórficos, como as aves de rapina, assume uma função performativa na medida em que são mobilizados para encenar, no plano visual, a excepcionalidade do grupo frente ao ambiente organizacional da polícia, comunicando valores como precisão, vigilância e domínio territorial. Nesse ponto, a águia ocupa posição privilegiada no imaginário castrense desde os tempos do Império Romano, quando era utilizada pelas legiões representando a soberania e o poder do Estado.¹⁷ Concebidas no imaginário popular como aves de grande porte, simbolizam força, acuidade e supremacia aérea, arquétipo do poder que observa do alto, age com exatidão e domina pelo olhar.¹⁸

Diferente da águia, o carcará se define por sua singularidade em termos de perspicácia e adaptabilidade em termos de hábitos alimentares e táticas de caça. O *Caracara plancus* é uma ave de rapina oportunista, de dieta variada, que inclui invertebrados, pequenos vertebrados, carniça e resíduos urbanos. Uma das espécies mais comuns do Brasil, o carcará mede cerca de 56 centímetros da cabeça à cauda e apresenta envergadura de aproximadamente 1,23 metro (OLIVEIRA; SOUZA; SILVA, 2014, p. 2). Em contraste com outras aves de rapina que caçam a partir do poleiro, observando a distância e aguardando o momento exato para atacar, o carcará parece preferir o solo. Ele caminha,

¹⁷ Representada na bandeira estadunidense, por exemplo, a águia-careca (*Haliaeetus leucocephalus*), tornou-se paradigma de superioridade e visão estratégica. Para um estudo específico sobre o simbolismo da águia em contextos religiosos e culturais, ver Langer, Oliveira e Ferreira (2015), que analisam sua representação na religiosidade nórdica pré-cristã e cristã.

¹⁸ Do ponto de vista taxonômico, o tamanho não constitui critério determinante na distinção entre águias, gaviões e falcões, que se distribuem em diferentes famílias e gêneros dentro das ordens *Accipitriformes* e *Falconiformes*. Ainda que, em linhas gerais, as águias tendam a ser maiores que os gaviões, e estes, por sua vez, maiores que os falcões, tais distinções são menos científicas do que simbólicas. O senso comum, ao associar a “águia” à ideia de majestade e grandeza, ignora que há espécies menores que o próprio carcará (*Caracara plancus*), ave pertencente à família *Falconidae* e amplamente distribuída nas planícies e zonas urbanizadas do continente americano. Essas diferenciações populares, portanto, revelam mais sobre as representações culturais atribuídas às aves de rapina do que sobre critérios propriamente zoológicos. Para uma análise detalhada sobre o comportamento, a morfologia e os aspectos taxonômicos dessas espécies, ver a indispensável obra *Uma Introdução às Aves do Brasil*, de Helmut Sick (1997), referência fundamental para o estudo da avifauna brasileira.

explora o entorno, ronda as margens das rodovias em busca de presas ou de carcaças deixadas por outros predadores. O carcará não é águia, nem gavião, tampouco falcão no sentido estrito, ocupando um lugar liminar no universo das aves de rapina: é um caçador sagaz que alterna o voo e o caminhar, exibindo uma extraordinária capacidade de convivência com o ambiente humano. Essas diferenças em relação a outras aves de rapina, como veremos, iluminam os esforços simbólicos de distinção presentes nas escolhas institucionais do RECOM.

Ao contrário do Batalhão de Choque e do extinto Grupamento Especial Tático Móvel (GETAM), que adotavam a águia (emblema do olhar soberano e do domínio vertical), o RECOM elegeu o carcará como signo de sua identidade institucional. A imagem a seguir, que mostra um pássaro em voo ladeado por traços angulares que formam um raio, corresponde à primeira versão do brevê do Curso de Operações Especiais Motorizadas (COPEM), principal curso do RECOM. Nesse símbolo, condensam-se a velocidade, a força e a adaptabilidade que definem o ideal compartilhado da unidade, conferindo ao carcará o estatuto de metáfora institucional, síntese visual da sua natureza operativa e da dramaturgia simbólica que sustenta sua distinção no campo policial.



Fonte: Estado do Rio de Janeiro, 2023

A partir do primeiro esboço do carcará, o processo de construção simbólica do RECOM foi se adensando. Os símbolos visuais, as cores das viaturas, os uniformes e os rituais cotidianos passaram a materializar, na prática, a ideia de uma unidade autônoma, disciplinada e eficiente. Mas foi na escolha do carcará nas leituras que os policiais faziam de seu comportamento, que essa identidade encontrava sua analogia mais

potente: uma ave que não espera do alto, mas caminha rente ao chão, patrulhando, observando e antecipando comportamentos. É a partir desse imaginário que se compreende a forma como o RECOM se apresentava como uma outra ética e estética do poder no campo policial-militar: menos a transcendência e mais a imanência, menos a altitude e mais o território, menos o domínio distante e mais a presença tática.

Uma das primeiras questões que surgiram e orientaram minha análise foi buscar compreender as diferenças e especificidades do tipo de policiamento realizado pelo RECOM, principalmente em relação ao Batalhão de Choque. Não é o escopo deste artigo discutir as distinções técnicas entre “controle de multidão” e “gestão de distúrbios civis”, mas é importante observar que, para grande parte da tropa, e também para a população, tais diferenças me pareciam pouco perceptíveis. Além da atividade que desempenhavam, as duas unidades, Choque e RECOM, assemelhavam-se na estética, nos uniformes e nas viaturas, no uso da camuflagem digital em tons de cinza e preto, em padrão ligeiramente distinto. Nos espaços de uso comum, eu mesmo tinha dificuldade em diferenciá-los. Com o tempo, por meio da observação cotidiana e da convivência no campo, as diferenças entre as duas unidades ficaram mais claras para mim.

[...] O símbolo, como você sabe, é uma ave de rapina, o carcará, que é muito comum no Rio de Janeiro. O carcará tem alta capacidade de voo, mas prefere caminhar no asfalto, em terra firme. É uma ave que tem muitas características interessantes, como a vigilância e o cuidado com o grupo. Esses aspectos se relacionam com o conceito de ser um patrulheiro: vigilância, combatividade, presença no asfalto e atenção permanente ao companheiro (Diário de campo, entrevista com o Capitão Willard, 20 de junho de 2024).

É interessante notar que, na fala do Capitão Willard, oficial que desempenhou papel-chave na criação e consolidação da identidade visual do RECOM, o carcará simbolizava uma opção da unidade pelo “asfalto”, termo fortemente definido em contraste a outra categoria de espacialização da cidade no contexto fluminense: a “favela”. Os esforços do Capitão Willard incluíram a escolha do nome e do símbolo do carcará, bem como o desenho das viaturas e uniformes, o que, segundo ele, envolveu visitas a outras unidades federais (como São Paulo e Goiás) para buscar “inspiração doutrinária”.

Conforme o descrevem meus interlocutores, o carcará reuniria características comportamentais que refletiriam qualidades esperadas dos policiais que integravam a

unidade: resistência, prontidão para a ofensiva e proteção do grupo, aproximando o imaginário do RECOM de uma lógica “predatória” e “alerta” que valorizava a ação rápida e incisiva. Ao contrário da águia, que domina os céus, o carcará representava a força que emergia das margens, a habilidade de se alimentar do que o poder descarta. Ao adotá-lo como emblema, o RECOM apropriava-se dessa metáfora de sobrevivência e astúcia, transformando-a em signo da identidade que pretendia comunicar: uma tropa moldada pela ação prática, pela resistência e pela leitura precisa do terreno. Enquanto o policial dito “convencional” permaneceria fixo em um ponto de baseamento determinado, os policiais do RECOM estavam sempre em movimento, em estado de vigilância ativa, em que o ato de circular tornava-se, ele mesmo, uma forma de controle e de presença. Seu verbo de referência não era “guardar” ou “observar”, mas “patrulhar”, verbo que, para os meus interlocutores, implicava deslocamento, atenção e leitura do território. Patrulhar “é mais do que apenas enxergar, é observar e interpretar o que está ao redor” (Diário de Campo, Agosto de 2024). É observar não apenas o gesto, mas a disposição, o comportamento e o humor dos corpos que atravessam o espaço urbano com vistas a antecipar intenções.

O trecho seguinte, em que o Capitão Willard comenta sobre a escolha estética das “barcas” —termo utilizado pelos policiais para se referir às viaturas empregadas no patrulhamento tático móvel—, aprofunda a nossa reflexão da dimensão simbólica desse processo de criação e revela como o *design* e a cor das viaturas também se tornaram parte de uma narrativa de distinção institucional:

P. O senhor desenhou e concebeu o esquema estético das viaturas. Qual foi o motivo da escolha do esquema de cores, preto e cinza? **R.** As cores preto e cinza são neutras e sóbrias, transmitindo seriedade. O cinza fosco, principalmente, desaparece completamente no escuro, ao contrário do preto sólido que produz uma silhueta. Isso é crucial para o RECOM, que tem uma vocação de caça e abordagem sutil. Quando está escuro, o cinza faz a viatura desaparecer, permitindo uma aproximação discreta do alvo (Diário de campo, anotações de entrevistas com o Capitão Willard).

Apesar de os meus interlocutores reforçarem a imagem do RECOM como uma força tática ágil e discreta, as viaturas de cor cinza refletiam um ethos particular, o qual contrastava com a ostensividade tradicionalmente associada ao policiamento preventivo da Polícia Militar. No vocabulário cotidiano dos policiais da “pista”, viaturas com sinais luminosos acesos eram comparadas a “árvores de Natal”, enquanto o desligamento

completo dessas luzes simbolizava uma busca por furtividade, como relatou o Sargento Rômulo:

[...] em todas as unidades de patrulhamento tático motorizado, a viatura tem que ser diferente do modelo convencional porque ela precisa ter um *efeito furtivo* no momento da abordagem. [...] De repente, do nada, aparece uma viatura cinza, limpa ou preta, diferente das outras unidades. O vagabundo acaba se acostumando com a cor da viatura convencional da área e, quando surge uma viatura diferente, cria-se um efeito surpresa fundamental. (Diário de Campo, agosto de 2024).

Se, por um lado, a lógica ostensiva pressupõe o uso do giroflex e a resposta rápida de patrulhamento para dissuadir ações criminosas pela visibilidade e prontidão da tropa, por outro, o carcará, ave de rapina que simbolizava o RECOM, personificava uma abordagem distinta, que priorizava o elemento surpresa. Assim, o voo silencioso e rasante (no “asfalto”) do carcará encontrava sua tradução nas viaturas de cores furtivas. Para o Sargento Rômulo, isso não representava uma negação do caráter ostensivo da PM, mas uma adaptação dessa doutrina às atribuições específicas do RECOM, nas quais a discrição e a agilidade seriam fundamentais para a abordagem — ou, como ele define, para o momento de “espetar”, como a ave. Nesse sentido, para meus interlocutores, a escolha de uma cor discreta não apenas teria a função de surpreender potenciais “infratores”, acostumados ao padrão tradicional das viaturas policiais, mas também reforçaria o caráter excepcional do RECOM dentro do “ecossistema operacional” da corporação como uma tropa especializada e, em última instância, das próprias representações da sociedade sobre o trabalho policial.

O carcará representava, assim, uma natureza híbrida, simultaneamente selvagem e urbana, indomável e adaptada, cujos atributos, inteligência, furtividade, resistência, mutualismo e foco no asfalto, espelhavam os próprios conflitos e ambiguidades identitária do Batalhão: uma unidade “especializada”, ocupando um lugar institucional entre as unidades especiais e as ordinárias, entre as rondas táticas e o controle de multidão, entre ser um batalhão autônomo e não possuir sede própria; entre ter um curso “especial” e contar com um efetivo em que parte significativa ainda não tinha o concluído, incluindo o então comandante da unidade. No interior desse jogo simbólico, a diferença entre “cursados” e “não cursados” operava como marcador identitário de pertencimento e prestígio fundamentais.

A conclusão de cursos específicos, como o Curso Operacional de Patrulhamento Especial Motorizado (COPEM), conferia não apenas competências técnicas, mas também um capital simbólico amplamente reconhecido dentro da corporação. Ser *cursado* significava incorporar um *habitus* distintivo, legitimado por rituais, signos e emblemas que dramatizavam o pertencimento à elite operacional da PM. Assim, a excepcionalidade dessas unidades não se reduz à formação técnica ou ao capital simbólico que lhes é atribuído: ela é encenada, performada e reiterada por meio de ritos, gestos, expressões, modos de falar e de se portar —práticas que materializam a diferença e tornam visível a hierarquia simbólica. Quem conclui esses cursos detém a legitimidade para ostentar os signos que distinguem seus integrantes.

No contexto do COPEM, a escultura do carcará de bronze era utilizada como uma representação física do espírito coletivo do curso. Mais do que um simples signo visual, ela devia acompanhar os instruendos em todas as instruções, sendo carregada como símbolo máximo do “eu-coletivo”, materializando valores como integridade, união e lealdade, condensando o ideal de coesão e comprometimento exigido dos integrantes. Assim, à semelhança dos estandartes das legiões romanas, o carcará de bronze funcionava como um eixo de identidade e pertencimento, um signo que encenava e reforçava a comunhão entre os corpos e os espíritos em formação. Essa sacralização encontra paralelo nas observações de Storani (2008, pp. 76-81) sobre o BOPE, nas quais os elementos visuais e os espaços físicos do curso eram organizados para estabelecer uma distinção clara entre os alunos neófitos e os membros efetivos da unidade.



Fonte: Autoria própria (2024).

A relação do carcará com outras aves de rapina, por si só, ilustra a ambiguidade comportamental dessa espécie: apesar de se impor perante gaviões ou falcões de menor porte, costuma evitar conflitos abertos com aves mais robustas, como urubus ou águias. Curiosamente, o carcará e o urubu-de-cabeça-preta podem estabelecer interações cooperativas (“allopreening”), nas quais um alisa as penas do outro, em especial quando se reúnem para se alimentar, onde podem compartilhar o mesmo espaço de forrageio (OLIVEIRA; SOUZA; SILVA, 2014, p. 2). Essa associação mutualista atende tanto ao interesse do carcará, que aproveita a facilidade do urubu para encontrar carniça, quanto ao do próprio urubu, que se beneficia do poder de dilaceração e de alerta do companheiro. Alimenta-se tanto de caça viva quanto de carniça, podendo cooperar com urubus em atividades de forrageio. Essa flexibilidade comportamental é interpretada, no imaginário do batalhão, como metáfora da capacidade de adaptação da tropa às condições variáveis do terreno urbano.

Assim como o carcará coopera com o urubu para maximizar benefícios, o Batalhão adotava um ethos de cuidado mútuo tanto entre os agentes quanto na relação com a instituição. No contexto do RECOM, a simbologia do carcará também se refletia, de forma direta, na valorização da limpeza e da organização, elementos que se conectavam às ideias de prontidão, disciplina e profissionalismo. Assim como a ave cuida de suas penas e, ocasionalmente, colabora com outras aves necrófagas, a unidade se posicionava como um espaço no qual a ordem e o zelo eram indispensáveis. Durante minhas visitas etnográficas à sede e à base destacada em Vilar dos Teles, ficou evidente a atenção com a higiene das instalações, especialmente com a das viaturas. O sargento que atuava como ‘despachante de viaturas’ destacou, por exemplo, que só aceitava as viaturas ao final do serviço se estivessem devidamente limpas, evidenciando um padrão de manutenção que, quando comparado ao de outras unidades da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, se sobressaía pelo rigor e pela regularidade. (Entrevista com o Sargento Oxóssi, outubro de 2024.)

Esse cuidado, que ia além da mera funcionalidade, dialogava com a noção de performatividade de Goffman (2014), na qual a apresentação pública reforça e legitima uma identidade coletiva. No caso do RECOM, o zelo com a limpeza e a aparência transcendia o pragmatismo operacional, transformando-se em uma encenação simbólica

que comunicava excelência, disciplina e profissionalismo. O RECOM, portanto, encenava uma animalidade disciplinada, que se manifestava tanto no comportamento da tropa quanto em sua estética performativa. Esse princípio foi sintetizado de forma marcante por um interlocutor ao justificar o cuidado com a aparência da farda: “Cachorro que não se lambe está doente” (Diário de campo, novembro de 2024). A frase, além de reforçar o ideal de zelo e reciprocidade dentro da unidade, também encapsula a articulação simbólica entre humanidade e animalidade, entre disciplina e instinto. A animalização da identidade do RECOM, portanto, não é meramente estética: ela traduz atributos considerados ideais.

Comentários finais: a militarização como uma metáfora de natureza e cultura

Segundo Victor Turner (2008), a metáfora é um instrumento especulativo útil, uma pista para a compreensão do mundo, uma maneira de proceder do conhecido ao desconhecido. Uma espécie de “monstro liminar”, a metáfora é uma forma de cognição que opera uma extensão analógica entre sentidos convencionados (estruturais) e não convencionados (antiestruturais), uma transformação semântica do universo de ideias, imagens, sentimentos, valores e estereótipos associados aos termos em sua coatividade expressiva (TURNER, 2008: 21-26). Enquanto figura de linguagem, a metáfora é um recurso de imaginação poética e rebuscamento retórico, que consiste em transferir significados socialmente convencionados de um termo para outro. Para Lakoff e Johnson (2003), essa transferência, entretanto, é direcional e seletiva. Um dos termos da metáfora age sobre o outro no sentido de produzir uma associação de ideias, em que apenas uma parte de seus atributos significativos é chamada a contaminar os sentidos associados ao uso literal do outro. O caráter motivado dessa escolha de palavras é o que, para os autores, nos permitiria inferir algo sobre os valores que circulam por essas relacionalidades e operam metaforicamente esses conceitos que orientam a própria vida, mais que apenas a inteligência.

No caso do “faro policial”, enquanto metáfora de natureza-cultura, a associação com o atributo animal, trazido ao texto por intermédio do relato sobre a atividade do policial cachorreiro, falava a um tipo de ação direcionada, motivada por uma lógica

compensatória e empregada a serviço da produção de “resultados”. Esses resultados eram produzidos pelas atividades operacionais de polícia (pela “polícia na rua”), em que os agentes veem-se confrontados por um universo infundável de demandas públicas, mas que a PMERJ escolheu privilegiar apenas a sua dimensão criminal, elegendo como prioridades para o policiamento a apreensão de armas, drogas e a prisão de pessoas. Essa escolha funda uma hierarquia moral e econômica entre as diversas atividades de policiamento, valorizando umas em detrimento de outras. Essa diferenciação fundava uma espécie de mercado nos batalhões de polícia militar, em que as pessoas pagavam para trabalhar em tipos de policiamento em que se concentrariam maiores oportunidades de exploração de resultados computáveis como produtividade policial, como os policiamentos táticos (GAT e PATAMO).

Nesse sentido, quando falamos em produtividade policial, esta não pode vir dissociada de uma discussão sobre suas “recompensas” institucionais. No caso do BAC, o incremento da produtividade consolidou o batalhão como uma unidade especial dentro da PMERJ em um contexto em que havia disponibilidade de recursos com a economia dos grandes eventos. Além das diversas recompensas institucionais, no plano das relações em uma determinada situação de trabalho, boas performances de produtividade desdobravam-se, ainda, em benefícios como folgas, gratificações, prêmios e promoções. Podemos citar ainda os rendimentos advindos do acúmulo de reputações¹⁹ associadas à produtividade, bem como a busca de espólios de guerra, recompensas informais do produtivismo policial, adquiridas por meio da pilhagem e acumuladas às expensas de barganhas, abusos e apropriações particularistas do poder de polícia.

A RECOM, assim como o BAC, buscava uma identificação como uma unidade de elite, diferenciando-se em relação ao Batalhão de Choque pelo foco no “asfalto” e no patrulhamento urbano, próximo aos policiamentos táticos dos batalhões. Para marcar essa diferenciação, dentre outros símbolos de distinção, a unidade adotou a imagem do carcará como insígnia de instituição e emblema. As narrativas sobre a ave, que evocam territorialidade, resistência, adaptabilidade, inteligência, furtividade, trabalho em grupo e mutualismo, funcionam como uma tradução simbólica daquilo que se espera do

¹⁹ No sentido bourdieusiano, a reputação, enquanto forma de capital simbólico (como nos mercados de honra, distinção, prestígio etc.), pode ser convertida em capital político, econômico, social e cultural à serviço da consolidação da posição dos sujeitos em um campo de disputas (BOURDIEU, 1996)

policial e da RECOM: alguém que domina o território, mas é capaz de cooperar; que se impõe com força, mas age com cálculo; que é visível quando necessário e invisível quando a situação exige. Tais atributos são reiterados nas práticas cotidianas e nos rituais de passagem, como a conclusão de cursos ou a aquisição de brevês, consolidando um ethos operacional que integra a “vigilância permanente ao companheiro” e a firmeza em situações de confronto (STORANI, 2009).

No contexto do RECOM, o patrulhamento tático, também entendido como “cultura de patrulhamento tático”, associava-se diretamente à prática da abordagem e à vigilância permanente do ambiente, isto é, ao próprio ato de patrulhar. O patrulheiro deveria manter atenção constante não apenas ao que acontece nas vias públicas, mas também ao que se passava no interior de estabelecimentos comerciais e em outros espaços visíveis durante o deslocamento. Mesmo embarcado, ele precisava desenvolver a capacidade de observar, interpretar e antecipar a movimentação e as interações sociais nesses locais, identificando comportamentos ou situações que escapassem ao padrão esperado. Ao perceber algo incomum, cabe ao patrulheiro comunicar-se de imediato com seus companheiros de guarnição, acionando a decisão de interromper o deslocamento da barca para realizar a abordagem.

A militarização da segurança pública no Brasil é um diagnóstico amplamente compartilhado na bibliografia sobre o tema, que aborda diversos aspectos do problema como a formação policial (ALBUQUERQUE & MACHADO, 2001; PONCIONI, 2014; ALBERNAZ & PIRES, 2021; dentre outros), a influência dos militares e do militarismo na sociedade brasileira e nas instituições de segurança (CASTRO, 2004; ZAVERUCHA, 2005; SOUZA & SERRA, 2020) e da construção de inimigos públicos em uma “metáfora da guerra” (LEITE, 2012) para explicar a forma militarizada da ação da polícia contra certos públicos e regiões das cidades.

Ao refletir sobre os rendimentos teóricos do presente exercício para essa discussão, entendemos que este nos permitiu depreender, a partir da investigação de relações de natureza metafórica, conexões de sentido entre atributos de animalidade e as características do ambiente institucional em que estas metáforas circulam, bem como sobre a construção do universo motivacional da ação policial e da tomada de decisão em situações de abordagem. Nesse sentido, buscamos mostrar que a prática do

patrulhamento ostensivo realizado pela polícia militar encarna uma teoria e opera uma política da suspeição que é também uma pragmática social da produtividade policial seletiva. Em última instância, ao explorar o potencial heurístico dessas relações metafóricas, buscou-se integrar o microuniverso de ações motivadas e cursos decisórios do cotidiano do policiamento e macroefeitos sociológicos sobre a distribuição, manutenção ou transferência do poder e da vigilância na sociedade.

Inseridos em uma situação de trabalho que privilegia, recompensa e valoriza a produtividade, uma forma de atuação militarizada da ação policial focada na realização de prisões e apreensões a partir, principalmente, das atividades de patrulhamento tático, acaba florescendo uma série de práticas pouco ortodoxas para atender a sempre crescente demanda por “mostrar serviço”. Na pista, divisão do espaço das ruas ocupada pelos policiamentos táticos (ALBERNAZ, 2010; RAMOS, 2017), a ação policial procuraria lugares menos “iluminados” dos mapas morais que seus membros constroem da cidade, como as favelas, lugares habitados por pessoas consideradas de “baixo risco” político. Ao fazerem isso, partindo de um entendimento do lugar estratégico da polícia – em especial, da Polícia Militar – na organização do Estado e no enraizamento de seus princípios operativos (MUNIZ & PROENÇA JR., 2006; MUNIZ, 2025), argumentamos que a ação policial, justificada como interesse público, além de ocultar interesse diversos e lutas internas por recursos e reconhecimento, atua como instância legitimadora de hierarquias sociais, assimetrias de poder e desigualdades (ABRAMS, 1988; BOURDIEU, 2014) que organizam moralmente o controle dos espaços e da circulação de pessoas a serviço da vigilância seletiva.

REFERÊNCIAS

- ABRAMS, Philip. Notes on the Difficulty of Studying the State (1977). *Journal of historical sociology*, v. 1, n. 1, p. 58-89, 1988.
- ALBERNAZ, Elizabete Ribeiro. Na fronteira entre o bem e o mal: ética profissional e moral religiosa entre policiais militares evangélicos cariocas. Caderno CRH, Salvador, v. 23, n. 60, p. 525-542, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/Kpp4sK5kR7V8bvNsBrk8XLh/?lang=pt>.

ALBERNAZ, Elizabete Ribeiro. Sobre legitimidade, produtividade e imprevisibilidade: seletividade policial e a reprodução da ordem social no plano de uma certa “política do cotidiano”. Confluências: Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, Niterói, v. 17, n. 2, p. 86-99, ago. 2015a. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/34493>

ALBERNAZ, Elizabete Ribeiro. “Faro Policial”: um estudo de caso acerca dos critérios de construção e operação de padrões de suspeição e seletividade na ação policial. In: Anais do 39º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2015b. Disponível em: <https://scholar.google.com/citations?user=pwjM6RUAAAAJ&hl=pt-BR>

ALBERNAZ, Elizabete Ribeiro. Economias-políticas marginais: produtividade policial, vizinhanças radicais e mercados de proteção na periferia de Joanesburgo (África do Sul). Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia, Niterói, n. 49, p. 118-149, 2020. Disponível em: <https://scholar.google.com/citations?user=pwjM6RUAAAAJ&hl=pt-BR>

ALBERNAZ, Elizabete Ribeiro; PIRES, Lenin dos Santos. “Na teoria, a prática é outra coisa!”: socialização “escolar”, estrutura bipartida e conflitos na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). Revista Brasileira de Segurança Pública.

ALBUQUERQUE, C.D.L.D. and MACHADO, E.P., 2001. Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar. *Sociologias*, pp.216-239.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000. p. 25-68.

BECKER, Howard S. Outsiders: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BITTNER, Egon. Aspectos do Trabalho Policial. Tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. 1. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. 392p.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer. Tradução de Sérgio Miceli. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

_____. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. A distinção. São Paulo: Edusp. 2007.

_____. Sobre o Estado. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CARDOSO de Oliveira, L.R., 2025. Desigualdade de tratamento e cidadania no Brasil: pontos, contrapontos, e dilemas da igualdade cidadã. Autografia.

CASTRO, Celso. O espírito militar: um antropólogo na caserna. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CARUSO, Haydée Glória Cruz. Das práticas e dos seus saberes: a construção do “fazer policial” entre as praças da PMERJ. 2004. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, PPGA, Universidade Federal Fluminense: Niterói.

DOUGLAS, Mary. Como as Instituições Pensam. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Polícia Militar. Doutrina de RECOM: Princípios Doutrinários e Procedimentos Operacionais. Documento Interno. Batalhão de Rondas Especiais e Controle de Multidões, 2023.

EILBAUM, Lucía. “O bairro fala”: conflitos, moralidades e justiça no conurbano bonaerense. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2000.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: JorgeZahar Editor, 2000.

FASSIN, Didier. L'inégalité des vies: pour une anthropologie des morales d'État. Paris: Seuil, 2014.

FOUCAULT, M. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LAKOFF, George, and Mark JOHNSON (2003). "Metaphors we live by. 1980." Chicago: U of Chicago P.

LANGER, Johnni; OLIVEIRA, Ricardo Wagner Menezes de; FERREIRA, Andressa Furlan. O simbolismo da águia na religiosidade nórdica pré-cristã e cristã. Revista Brasileira de História das Religiões, Maringá: ANPUH, Ano VIII, n. 23, set./dez. 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/index>. Acesso em: 04 fev. 2025.

LEIRNER, Piero de Camargo. Meia-volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

LEITE, M.P., 2012. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. Revista brasileira de segurança pública, 6(2), pp.374-388.

LIMA, E. S. O. Como nascem os carcerás: identidade, direito e etnografia de uma unidade especializada da PMERJ. 2025. 314 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://pantheon.ufjf.br/handle/11422/28852>. Acesso em: 12 ago. 2026.

LIMA, R. K. A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos. RJ: Ed. Forense, 1995.

_____, 2003. Direitos civis, estado de direito e “*cultura policial*”: a formação policial em questão. Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. SP, p. 241-256.

_____, 2013. Entre as leis e as normas: Éticas corporativas e práticas profissionais na segurança pública e na Justiça Criminal. Dilemas, Vol. 6 – n. 4 – OUT – NOV – DEZ.

MARTINS, Marco Antônio. Bope terá nova sede no morro. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. Ano 2000\Edição 00246 (3) 10 de dezembro de 2000. Caderno Cidade, p. 21. 2000.Disponível em http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_12/29168 Acesso em 05 de outubro de 2024.

MUNIZ, J. "Discrecionalidade policial e a aplicação seletiva da lei na democracia." Algumas lições extraídas de Carl B. Klockars”, NEV-USP, 2006.

MUNIZ, J. and PROENÇA JÚNIOR, D., 2006. Os rumos da construção da polícia democrática. Boletim IBCCrim, 14(164).

_____. 2007. Muita politicagem, pouca política os problemas da polícia são. Estudos avançados, 21, pp.159-172.

OLIVEIRA, Helon Simões; SOUZA, Dauana Rita de Alcântara; SILVA, Maria Nei da. Etograma do Carcará (Caracara plancus, Miller, 1777) (Aves, Falconidae), em cativeiro. Revista de Etologia, v. 13, n. 2, p. 1-9, 2014.

PONCIONI, P., 2014. O profissionalismo na formação profissional do policial brasileiro: rupturas, permanências e desdobramentos contemporâneos. Segurança, Justiça e Cidadania, 7, pp.47-76.

RAMOS, Leonardo S. Entre a “judaria interna”, a “pista salgada” e o “medo de se entregar”: uma etnografia das representações de medo entre policiais militares do Estado do Rio de Janeiro. Monografia de Graduação (Segurança Pública e Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

RODRIGUES, E. D. O.; ALBERNAZ, E. R. “Operações policiais”: uma proposta de exercício multi-situado e multiescalar de regionalização dos impactos da violência armada em favelas durante a pandemia no Rio de Janeiro. Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, Belo Horizonte, v. 9, n. 25, p. 612–653, ago./dez. 2022. Disponível em: https://revistas.face.ufmg.br/farol/pt_BR/article/view/6572.

RODRIGUES, E.D.O., 2022. Sociedade dos esquemas: uma etnografia sobre candidatos à carreira policial militar no subúrbio carioca (Doctoral dissertation, Tese de doutorado. Niterói, Universidade Federal Fluminense).

_____, 2023. Seriam os futuros policiais militares sujeitos liminares? Uma crítica à abordagem processualista nos estudos sobre formação e identidade policial. Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 124-145, fev./mar.

SOUZA, L.A.F.D. and SERRA, C.H.A., 2020. Quando o Estado de exceção se torna permanente: reflexões sobre a militarização da segurança pública no Brasil. *Tempo Social*, 32(2), pp.205-227

STORANI, Paulo. “Vitória sobre a morte: a glória prometida” – O “rito de passagem” na construção da identidade dos Operações Especiais. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

TURNER, Victor. *Drama, campos e metáforas*. Niterói: EdUFF, 2008.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Polícia Militar. Doutrina de RECOM: Princípios Doutrinários e Procedimentos Operacionais. Batalhão de Rondas Especiais e Controle de Multidões, 2023.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Polícia Militar. Regulamento Interno do Batalhão de Rondas Especiais e Controle de Multidão (RECOM). Rio de Janeiro: PMERJ, 2024a.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Polícia Militar. Instrução Normativa nº 072/2024. Regulamenta os procedimentos e protocolos operacionais adotados pelo RECOM. Bol da PM n.º 095, 06 set. 2024.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Cmt da 3ª Cia, 1970. Acervo do Museu da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Fotografia.

VALE, João do; CÂNDIDO, José. Carcará. In: VALE, João do. João do Vale. Rio de Janeiro: CBS, 1981. 1 disco sonoro (33 rpm). Faixa 6.

ZAVERUCHA, J. FHC, Forças Armadas e Polícia Entre o autoritarismo e a democracia 1999-2002. Rio de Janeiro : Record.